



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho de Recursos Hídricos

Relatório Síntese das Plenárias do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal sobre a Crise Hídrica no DF¹

O Distrito Federal vem enfrentando, desde o início do 2º semestre do ano de 2016, uma inédita situação de déficit hídrico resultado da somatória de fatores conjunturais, culturais, estruturais e de gestão. Em função da crise o CRH priorizou, nos últimos sete meses, o debate permanente com os conselheiros nas reuniões Plenárias com vistas a atualizar e compartilhar informações e diagnósticos, recomendações e propostas dos (e aos) diferentes atores que integram o sistema de recursos hídricos, sejam de governo ou do setor privado. Este relatório sintetiza os principais debates e recomendações feitos nas reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias realizadas entre agosto de 2016 a fevereiro de 2017².

De acordo com dados do INMET, apresentados no CRH em fevereiro, as chuvas nos últimos dois anos consecutivos (2015 e 2016) tem caído em volume bastante inferior à média histórica que é de 1.550 mm (10 anos). Em 2015 a média de chuvas no DF foi de 1250 mm e em 2016 foi de 1190 mm. Em janeiro deste ano (2017), por exemplo, choveu menos de 150 mm, sendo que a média histórica é de 250 mm. Há um déficit absoluto de mais de 500 mm nos índices de chuva acumulada nos últimos 13 meses em relação à média climatológica.

Além de cair em menor volume, a distribuição das chuvas no território neste mesmo período também tem sido muito heterogênea, o que tem afetado também a reservação de água. Tem chovido bem menos do que a média nas sub-bacias hidrográficas dos dois principais reservatórios do DF (Descoberto e Santa Maria) que juntos abastecem quase 85% da população. Essa alteração no regime de chuvas (quantidade média e distribuição territorial) somada aos demais fatores a seguir apontados colocaram o Distrito Federal em uma crise hídrica sem precedentes na sua história.

O crescimento populacional verificado em Brasília de acordo com o IBGE foi, nos últimos dez anos, superior a 2% ao ano. Esse crescimento populacional impacta na demanda por água. São cerca de 55 mil habitantes a mais por ano (população correspondente a uma cidade de Brazilândia) consumindo água e lançando esgoto no sistema (no solo, ou nos rios).

¹ Este relatório síntese, de autoria do Presidente do CRH-DF, Secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal, André Lima, foi finalizado em 09 de março de 2017 e encaminhado aos membros do Conselho e ao Governador em 10/03. Tem por finalidade reunir em um único documento as análises, informações e propostas feitas ao longo de sete meses de debates em reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias do CRH entre 2016 e 2017. Este relatório foi elaborado com base nas anotações pessoais do Presidente do CRH e do exame detalhado de todas as ATAs das referidas reuniões.

² Este relatório não substitui as atas oficiais das referidas reuniões disponíveis na página web da Sema (www.sema.df.gov.br).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho de Recursos Hídricos

A grilagem de terras públicas e a histórica ocupação irregular do solo, resultante do descaso e omissão de governos anteriores, inclusive sobre áreas de proteção de mananciais, unidades de conservação, áreas de recarga de aquífero, de preservação permanente, de nascentes e matas ciliares também agravaram sobremaneira a situação de déficit hídrico e de qualidade da nossa água. Nos últimos 25 anos, perdemos mais de 50% de nossa cobertura vegetal original. Tanto pelo crescimento urbano desordenado, como pela expansão agropecuária. O Bioma Cerrado como um todo na região Centro-Oeste também vem perdendo área significativa nos últimos 10 anos com taxas de desmatamento anuais superiores a 15mil km². Essa grave e sensível alteração na infraestrutura ecossistêmica da região também afeta o clima regional e as chuvas locais.

A ocupação urbana irregular que compromete a infraestrutura ambiental produtora de água, também resulta no furto de água do sistema, o que aumenta a contabilidade de perdas da Caesb, hoje superior à marca dos 35% (ou seja, 1/3 do que é captado e tratado se perde no sistema). Desses 35%, mais de 50%, de acordo com a Caesb, correspondem a furto feito em ocupações irregulares (com consequente desperdício de água, pois quem não paga, raramente economiza).

A falta de investimento nos últimos 20 anos no incremento de oferta de água tratada, a lentidão e as dificuldades burocráticas na implementação das obras de infraestrutura necessárias para garantir a ampliação da oferta e captação de água (Corumbá IV, Bananal e Paranoá, dentre outras) resultaram num total descompasso entre a oferta e a demanda de água, sobretudo na época de estiagem.

Há evidências científicas de aumento médio de temperatura nos últimos anos, sobretudo nas épocas de estiagem, o que tem feito a demanda por água aumentar progressivamente nessa época. Estas evidências foram publicadas recentemente pela Secretaria do Meio Ambiente na Nota Técnica Mudanças Climáticas no DF e RIDE (Novembro 2016). De 1961 para cá, as temperaturas máximas no Distrito Federal ficaram entre 0,85°C e 2,1°C mais quentes. Refletindo a mesma tendência, as temperaturas mínimas já aumentaram 2,3° C e as mínimas-mínimas, as menores temperaturas do ano, já estão 2,6°C mais quentes. As temperaturas mínimas médias subiram 1,85°C. Além disso, nos últimos 50 anos detectou-se uma diminuição na amplitude térmica entre mínimas e máximas: no inverno a diferença caiu 2,1°C e, no verão, 2,25°C.

Há também aumento na evaporação d'água nos reservatórios na época de estiagem. Há 50 anos o número de dias com umidade do ar inferior a 30% era de 24 dias/ano. Hoje passa de 50 dias/ano. Estudos recentes coordenados pelo INPE, a pedido da Secretaria Geral da Presidência da República, indicam que no médio e longo prazos, mesmo nos cenários mais otimistas, haverá aumento de temperatura média, com redução na quantidade e alterações na frequência e intensidade de chuvas na região Centro-Oeste do Brasil.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho de Recursos Hídricos

A cultura de consumo irracional e perdulário de água infelizmente ainda é uma realidade encontrada como regra na capital do País, inclusive nas regiões onde predominam as camadas socioeconômicas de maior renda, onde o consumo médio é bem superior ao recomendado pela ONU³. Há regiões como nos Lagos Sul e Norte onde o consumo médio por habitante é superior a 300 litros/dia, chegando a superar 500 litros/dia. Um cálculo simples considerando a população do DF indica que os 700 litros/s que a Caesb pretende captar emergencialmente no Paranoá representam um acréscimo de aproximadamente 20 litros por habitante/dia. Portanto, a falta ampla de educação e conscientização para o consumo racional e sustentável de água é sem dúvida mais um fator determinante para o agravamento da crise hídrica.

Durante quase duas décadas seguidas os órgãos responsáveis pela gestão hídrica e ambiental (federal e distrital) licenciaram centenas de grandes empreendimentos (inclusive setores habitacionais inteiros) intensivos no consumo de água lastreando as licenças e outorgas na promessa futura de obras até hoje inacabadas. A captação de Corumbá IV é um exemplo claro disso. O slogan “Água para 100 anos” é conhecido de todos os que acompanham o tema há mais de 15 anos⁴. As obras estão paralisadas por falta de investimento do Governo de GO e em função de supostos problemas de corrupção investigados pela Polícia Federal.

Durante os debates no CRH também ficou evidente a expressiva falta de controle e de dados sobre a perfuração de poços em todo território rural e urbano. Hoje o DF não tem um diagnóstico preciso e confiável de quantos poços existe e quanto consome de água em média por dia na estiagem.

A ausência de estímulos econômicos e base normativa para o uso de novas tecnologias indutoras de economia e de reuso de água cinza, captação e uso de águas pluviais, e outras tecnologias, também foram bastante cobradas no CRH.

Desde agosto do ano passado, quando os níveis dos reservatórios (Descoberto e Santa Maria) começaram a cair mais criticamente, este conselho vem realizando reuniões de avaliação, debatendo o tema e encaminhando recomendações aos órgãos públicos e gestores das águas no DF.

Foram até aqui seis reuniões Plenárias (além de reuniões de subgrupos) onde conselheiros e convidados puderam debater abertamente com os gestores públicos, ministério público, academia, representantes de ongs, de produtores rurais, do setor privado. Foi estabelecido no CRH um diálogo proífico e efetivo entre os diferentes segmentos da sociedade e o governo em torno do tema.

³ O recomendado pela ONU é 110l/hab/dia, e a média de consumo no DF é de 185l/hab/dia.

⁴ Veja artigo do ex-Governador Joaquim Roriz publicado no Correio Braziliense, em 21 de agosto de 2004:
<https://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=31369>



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho de Recursos Hídricos

Destaco abaixo as principais recomendações feitas nas reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias do CRH ocorridas entre agosto de 2016 e fevereiro de 2017:

- Contribuições sobre a resolução da ADASA que tratou dos volumes de referência e ações de contenção em situação de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto e Santa Maria. Em nome do CRH apresentei em audiência pública da Adasa ocorrida em Agosto de 2016 a proposta de adoção de um critério mais rigoroso para definição do estado de alerta (passando de 30%, proposto originalmente pela Adasa, para 40%).
- Contribuições para as resoluções de outorga e de recarga de aquífero da ADASA que deverão ainda ser objeto de debate mais aprofundado na Câmara Técnica de Assessoramento do CRH⁵.
- Recomendação para revitalização e revestimento dos canais de irrigação no Descoberto, principalmente no Rodeador que é o maior canal de irrigação do DF, onde é possível no curto prazo reduzir significativamente a perda de água do sistema na região e aumentar a vazão para o reservatório⁶.
- Recomendação no sentido de aumentar a efetiva proteção às áreas de recarga de aquífero, não somente nascentes e APPs, resgatando as Áreas de Proteção de Mananciais como espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público⁷.
- Fortalecimento das ações de governo para o combate à grilagem de terras, sobretudo nas áreas de proteção de mananciais, de preservação permanente e de recarga de aquífero⁸.
- Demanda à Caesb para aumentar investimento na redução de perdas (física e por furto) de água no sistema⁹. Foi encaminhado requerimento aprovado pelo CRH à ADASA, em dezembro de 2016, para que esta exija da Caesb a apresentação de um plano estratégico com prazos, custos e fontes, estabelecendo metas e meios para superar a crise atual.
- Proposta de revisão nas regras de outorga para garantir um melhor e mais transparente controle e monitoramento pelo poder público e pela sociedade e promover a urgente integração da emissão de outorga com o licenciamento ambiental¹⁰.

⁵ Foi solicitado à Adasa que encaminhe o resultado das audiências públicas ocorridas sobre o tema no período.

⁶ Medida que já vem sendo implementada pela Secretaria de Agricultura com apoio da Caesb e Emater.

⁷ Conforme indica a minuta de PL do Zoneamento Ecológico-Econômico que vai à CLDF no mês de abril próximo.

⁸ Medida que vem sendo adotada no âmbito do Comitê de Governança Territorial criado pelo Governador pelo Decreto 36.694 de 2015. Veja integra em: <http://migre.me/wc9eY>

⁹ Caesb apresentou ao Comitê de Gestão do Território proposta de minuta de decreto que permita a cobrança pelo uso da água em casos de furto.

¹⁰ Conforme proposta de minuta de Projeto de Lei aprovada pelo Comitê Político do ZEE, criado pelo Decreto Distrital 36.473 de 2015, que será submetida à audiência pública no próximo dia 11 de março. Veja informações a respeito da minuta de Lei e audiência pública do ZEE em: <http://migre.me/wc9jy>



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho de Recursos Hídricos

- Recomendação à Adasa para alterar o critério da taxa de contingência pelo racionamento para implantar maior progressividade na tarifa de contingência¹¹.
- Demanda por total transparência e debate público para a destinação e o uso dos recursos da taxa de contingência¹².
- Demanda por um programa robusto de recuperação do cerrado e de áreas de nascentes, matas ciliares e áreas prioritárias para recarga de aquífero e produção de água (APMs), com ênfase na Bacia do Descoberto¹³.
- Garantir o controle efetivo sobre os poços em funcionamento e a abertura de novos poços em área urbana e rural (sobretudo nos finais de semana) e sobre os poços irregulares existentes, com aumento da fiscalização estratégica e a criação de um cadastro de empresas (e caminhões) que perfuram poços com controle inclusive por GPS.
- Recomendação para ampliação do racionamento na região abastecida pelo reservatório Santa Maria¹⁴.
- Apoio à proposta de parceria da ADASA e do ICMBio com a Polícia Militar Ambiental, que possui um efetivo de 500 policiais, para fiscalização do uso irregular ou ilegal de água (ausência ou desrespeito às outorgas, abertura e operação de poços clandestinos, caminhões pipa irregulares, inclusive e, sobretudo nos finais de semana) nas áreas de proteção de mananciais e nas APAs do Descoberto e do Planalto Central.
- Promoção através de investimentos robustos com recursos de fundos públicos (Funam, FDR, Fundurb, FAP, FCO e outros fundos) de incentivos econômicos para novas tecnologias de (re)uso de água. Proposta de que seja viabilizada a regulamentação, pela Adasa e Caesb, para viabilizar reuso de água (cinzas, de águas negras, de reuso de águas pluviais) nas edificações, e

¹¹ Na visão de alguns conselheiros, inclusive do presidente do CRH, os maiores consumidores (que consomem em quantidade muito superior à média Brasiliense que já é alta) deveriam pagar ainda mais (proporcionalmente) do que os que consomem pouco mais do que os 10mil l/mês. Também foi feita proposta no sentido de majorar o bônus aos consumidores que economizarem mais do que a média. Foi consenso nos debates no CRH de que a tarifa de contingência atualmente imposta não é eficaz para os grandes consumidores residenciais de com melhores condições econômicas de Brasília.

¹² Adasa realizou audiência pública para debater o uso desse recurso no dia 07 de março <http://migre.me/wc9u9>.

¹³ Já está em fase de finalização o edital do Programa Piloto Recupera Cerrado (em parceria com Ibram, Terracap, Serviço Florestal Brasileiro e Fundação Banco do Brasil), aprovado pelo Decreto Distrital 37.646 de 2016. Veja integra do Decreto em: <http://migre.me/wc9qS>

¹⁴ Racionamento já iniciou desde 27 de fevereiro passado. Veja notícia em: <http://migre.me/wc9C1>



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho de Recursos Hídricos

novas tecnologias menos intensivas em consumo de água em prédios e nas atividades industriais, residenciais e comerciais¹⁵.

- Recomendação à Caesb que elabore e dê total transparência aos dados de consumo desagregando-os por setor (residencial, comercial, agrícola e industrial), e região administrativa¹⁶.

- Iniciar o processo de revisão do PGIRH¹⁷ à luz do cenário da crise hídrica, e produzir análise das lacunas, contradições e sobreposições de competências entre os principais órgãos que integram e instrumentos do Sistema Distrital de Recursos Hídricos.

- Proposta ao Governo do Distrito Federal para implantar ampla campanha de comunicação de massa (TV, Rádios e Jornais) para o uso consciente da água.

- Ampliar significativamente os esforços em educação ambiental (formal e informal) com foco em gestão e economia de água com ampliação dos investimentos que hoje são insignificantes nessa área¹⁸.

- Implementação de um sistema integrado de dados e informações sobre água e meio ambiente (integrar Siturb, SisAgua e Sisdia).

- Garantir a integração efetiva dos instrumentos jurídicos de planejamento territorial dentre os quais destacamos o Zoneamento Ecológico Econômico como base para revisão e aprovação de PDOT, LUOS, Lei de Permeabilidade do Solo, e dos instrumentos de licenciamento ambiental com outorga (integrando-os).

- Melhorar a articulação com o Governo Federal e do GO para garantir ações integradas para o enfrentamento da crise hídrica, por exemplo, com a finalização das obras de Corumbá IV e o controle de outorgas e ocupação irregular do solo na bacia do Descoberto no lado do GO, inclusive a implantação do Parque Estadual do Descoberto no GO.

- Criação, no núcleo central do governo distrital, de um comitê ou instância de alto nível para a integração e coordenação de políticas e ações de governo para enfrentamento da crise hídrica¹⁹.

¹⁵ O Funam aprovou investimento de mais de R\$ 1 milhão para subsidiar juros de crédito do BRB para tecnologias de economia de água para pequenas e micro-empresas e em concurso de iniciativas rurais, urbanas e empresariais sustentáveis com foco em economia de água.

¹⁶ Para que todos possam conhecer em detalhes e por região quem são os maiores consumidores de água no DF e o que pode ser feito para racionalizar o consumo perdulário.

¹⁷ Veja íntegra do PGIRH em vigor em: <http://migre.me/wc9Jb>

¹⁸ Inclusive com investimentos dos recursos captados com a tarifa de contingência (mais de R\$9,5 milhões).

¹⁹ Conforme já foi criado e viabilizou a elaboração do Plano Integrado de Enfrentamento da Crise Hídrica que será apresentado na próxima reunião plenária do CRH remarcada para o dia 10/03 no Palácio do Buriti.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho de Recursos Hídricos

Registramos também um conjunto amplo de propostas de ação para o enfrentamento da crise hídrica encaminhado pelo Fórum de Ongs do DF aos conselheiros do CRH, algumas delas debatidas nas reuniões plenárias e listadas nos itens acima.

Este Conselho continuará monitoramento os desdobramentos da crise e envidará todos os esforços possíveis para fazer com que suas recomendações sejam atendidas e implantadas²⁰.

Diante desse cenário crítico passou da hora da sociedade brasiliense compreender a relevância e a magnitude da crise que estamos vivendo. É preciso mais do que uma reflexão profunda a respeito de como cada indivíduo, cada empresa, cada segmento da sociedade está lidando com esse recurso natural precioso e vital para a sobrevivência e a qualidade de vida de todos. É preciso atitude firme e adesão de toda sociedade nesse esforço comum pelo resgate da segurança hídrica no DF.

Em nome do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal fazemos um chamamento a toda população do Distrito Federal para um novo Pacto em união aos esforços em curso, coordenados pelo governo de Brasília, para a superação desta crise. Reforçamos a importância do papel deste Conselho de Recursos Hídricos como espaço de concertação, diálogo, de transparência, regulação e controle social na gestão dos recursos hídricos no DF.

Urge por fim que seja procedida uma avaliação responsável e consistente acerca da eficácia e efetividade do Sistema Distrital de Gerenciamento de Recursos Hídricos para garantir a segurança hídrica no DF²¹, e para que não tenhamos que passar por outras crises tão ou mais graves que a atual, sobretudo se considerarmos os cenários climáticos futuros a que estaremos submetidos²².

Brasília, 9o dia do Mês de Março (das Águas) de 2017.

André Lima - Presidente do CRH

Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal

²⁰ Veja mais sobre CRH e crise hídrica em:

- Reunião do CRH em 08 de fevereiro <http://migre.me/wcYQv>
- Matéria TV Record sobre medidas emergenciais <http://migre.me/wcYTb>
- Combate a incêndios florestais em risco <http://migre.me/wcYVJ>
- Articulação das Semas DF e GO <http://migre.me/wcYWC>
- Programas do Governo de Brasília para recuperação de nascentes e matas ciliares <http://migre.me/wcYZq>

²¹ Lei 512 de 1993 http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id_norma_consolidado=48471

- Lei 2725 de 2001 <http://migre.me/wcZ7g>

²² Veja Publicação recente da SEMA a respeito dos cenários para a região do DF e entorno: “Mudança Climática no DF e RIDE, produzida por pesquisadores do Inpe, do Inmet e da Universidade de Brasília (UnB)” <http://migre.me/wcZeZ>